



AS POLÍTICAS AGRÍCOLAS E A CONSTRUÇÃO DO PRODUTOR MODERNO¹

DELMA PESSANHA NEVES²

As políticas agrícolas e a construção da "nova" ordem social

As práticas políticas e institucionais que sustentam a modernização da agricultura expressam as tentativas de orientação dessa atividade econômica para o atendimento de interesses de certos segmentos de agricultores ou motivos outros, a ela imediatamente externos (Grignon 1975, Moura & Moura 1983, Muel 1977, Neves 1979, 1981, Ratier 1985, Sorj 1980).³ (Ver Notas no final).

De modo geral, os mecanismos que propiciam a integração da agricultura se conformam a partir da imposição de atributos negativos ou da alteridade dos agricultores, especialmente os qualificados como pequenos. A modernização implica assim, entre outros aspectos, na domesticação, na civilização. A proposição de nova agricultura, racional, progressista, fundada em bases científicas, supõe a superação do atraso, da rotina, da baixa produtividade existentes em virtude da resistência, do baixo nível escolar, do estreito horizonte dos agricultores, incapazes de operarem com cálculos e previsões.⁴

Os sucessivos processos de modernização que se dirigem à agricultura fundam-se quase sempre num modelo de desenvolvimento (evolução) que supere o ex-novo que se tornou tradicional. Cada processo se apresenta como único e válido, negando ou desqualificando as ações e os pressupostos anteriormente dirigidos para a agricultura.⁵

Referidos à superação do que se supõe real, as políticas e os programas agrícolas são, em grande medida, construídos a partir de instituições estatais e orientados por interesses atribuídos a agricultores modelares e idealizados, que perseguem e atualizam plenamente mecanismos voltados para o aumento da produtividade e da rentabilidade.

¹ Trabalho apresentado no G.T. Estado e Agricultura no X Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS, Campos do Jordão, SP, 1986.

² Socióloga, Prof^a da Universidade Federal Fluminense - UFF.

Nesse processo têm papel destacado os agrônomos e veterinários, dentre outros agentes sociais.

Este trabalho analisa as representações que os técnicos agrícolas constroem a respeito dos agricultores, um dos fatores básicos da constituição do processo de controle da agricultura e das políticas agrícolas.⁶ Essa perspectiva é limitada em relação aos múltiplos aspectos que envolvem este processo, mas é importante porque seus efeitos e formas de atualização são alterados ou legitimados em boa parte pela relação que se estabelece entre esses agentes sociais.⁷

Apesar do nível de idealização, o suposto processo de modernização se atualiza a partir de relações sociais pré-existentes, do conflito de interesses, do jogo de forças políticas, da incorporação de efeitos não-previstos e não-intencionados, da adesão de alguns e exclusão diferenciada de outros agricultores. Essas relações de tensão devem ser enfrentadas pelos técnicos agrícolas que passam, em certos contextos, a relativizar a visão idealizada sobre os agricultores e os próprios objetivos do processo.

Por isso mesmo, o estudo das representações não se esgota num exercício sobre categorias classificatórias ou num levantamento de visões, percepções e definições. O significado por estas incorporado e veiculado só ganha sentido se compreendido a partir do sistema de posições e relações em que são construídas, alteradas, redefinidas; em que obtêm eficácia política e ideológica; em que prescrevem, ordenam, hierarquizam; em que permitem a internalização da subordinação: a inclusão daqueles sobre os quais recaem e a exclusão dos que não conseguem ou não valorizam os recursos (materiais ou simbólicos) distribuídos.

Mas por tudo isto, também deve incorporar a análise das práticas sociais dos agentes, quando as contradições sociais e os interesses divergentes devem ser enfrentados, e aquelas visões e definições ser relativizadas e reelaboradas, e parte de sua arbitrariedade percebida e questionada.

As distintas definições que são construídas por técnicos agrícolas, diferenciados em termos de posições sociais, expressam assim os conflitos de interesses, as contradições, as alianças e os pressupostos ideológicos de construção de nova ordem social ou de novos agentes, privilegiados por incorporação ou exclusão.

A análise das relações entre técnicos e agricultores deve contribuir para a criação de perspectivas conceituais para o estudo da modernização da agricultura ou dos sucessivos processos que sobre ela incidem, visando à integração ou subordinação a interesses outros, mas que não se esgotam em ações e propostas construídas de cima para baixo. Da mesma forma, não se limitam à aplicação de tecnologias, mas abrangem também mudanças de comportamento social, visão de mundo, projetos e afiliações institucionais.

A "modernização" da agricultura

No início da década de 70 começa a ser formulado novo modelo de desenvolvimento agrícola que ultrapassasse as medidas e os recursos antes viabilizadores do crescimento dessa atividade: expansão da fronteira, uso intensivo de mão-de-obra, sistema de extensão rural, política de preços mínimos. Definido como processo de modernização da agricultura, esse novo modelo passa a se fundamentar no uso intensivo dos fatores de produção e aumento da produtividade agrícola, incorporação de novas tecnologias agrícolas, políticas de crédito e de preços mínimos (Moreira 1982).

Com a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, em 1972, e da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, em 1974, a produção da pesquisa, a difusão de tecnologias e a extensão rural, foram mantidas dissociadas e consideradas como partes fundamentais desse processo de modernização.⁸

Da perspectiva dos idealizadores da EMBRAPA, a criação desta instituição representa uma ruptura na forma como a agricultura é pensada e integrada ao sistema econômico nacional. Consideram que o aspecto fundamental de caracterização desse novo quadro é a ênfase na pesquisa ou na utilização da ciência e tecnologia como instrumentos de legitimidade do poder das ações governamentais sobre a agricultura e do poder dos técnicos ligados às ciências agrônômicas (Coradini 1982).

É nesse quadro, em que se forjam as novas políticas públicas e em que se busca a legitimação para ações centralizadoras ao nível do governo federal, que um saber agrônômico é propriamente construído e que os agrônomos, em especial, ampliam seu poder, interferindo no processo de institucionalização e de definição dos objetivos e meios das políticas públicas.⁹ Assim, não só os agrônomos passam a participar mais ativamente das instituições estatais destinadas a produzir novas tecnologias e a introduzir os programas agrícolas, como esta mesma participação lhes assegura o reconhecimento desse saber pela sua própria incorporação.

Diante dessas propostas para o desenvolvimento agrícola, ganha especial destaque a formação dos recursos humanos que possibilitem a criação de um estoque de conhecimentos, construtivo da base central de todo o sistema estruturado em torno da EMBRAPA e da EMATER. Em razão dessa ênfase, as ações iniciais da EMBRAPA centram-se principalmente no programa de pós-graduação ou treinamento formal (Alves & Pastore 1980).¹⁰

Não só as pesquisas como os estímulos oferecidos pelos governos federal e estadual dirigiam-se para a aplicação de um processo de especialização da agricultura, conforme as diversas regiões. As unidades de produção passaram a ter suas atividades orientadas para a oferta de um ou dois produtos mercantis.

As contradições geradas por essa forma de expansão agrícola, voltada para a especialização e geralmente para o mercado externo, não tardaram a provocar seus efeitos. Em certas regiões, alguns produtos alimentícios tradicionais foram eliminados ou marginalizados para as piores terras (Bueno 1981). O baixo crescimento desses produtos e a crescente demanda urbana propiciaram a ocorrência de crises de abastecimento do mercado interno e o aumento da importação de alimentos (Sorj 1980).

Nesse contexto, o modelo então vigente se constituiu em objeto de crítica, e a diversificação agrícola se tornou um tema privilegiado. A manutenção da especialização da produção mercantil é preconizada desde que complementada pelo uso diversificado dos fatores de produção.¹¹ Essa nova articulação passa doravante a ser vista como a proposta modernizante e os produtores especializados (antes modernos) como tradicionalistas, agricultores voltados para objetivos particulares, sem preocupação com os interesses nacionais.

A "modernização" na região açucareira de Campos

O processo de "modernização" da agricultura na região açucareira de Campos,¹² deslançado a partir da década de 70, contou com a ação do Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira, do Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar (PLANALSUCAR) e do Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), que estimularam a expansão horizontal da produção de cana e o aumento da capacidade industrial das usinas. Para além do aumento da matéria-prima e da erradicação ou minimização de culturas tradicionais (mandioca, principalmente), as usinas vêm mantendo uma capacidade ociosa avaliada em torno de 50%. As questões que surgem no bojo da discussão desse problema inserem novas propostas modernizadoras para a agricultura e fundamentam as reivindicações em torno da introdução do sistema de irrigação, que, da perspectiva dos produtores interessados, permitirá o aumento da produção de cana, o uso diversificado dos fatores de produção e o atendimento aos estímulos dos órgãos governamentais em torno do abastecimento do mercado interno com outros produtos além do açúcar (Neves 1984b, 1986). O atendimento das propostas governamentais passa a constituir um meio de pressão desses produtores para obtenção de recursos financeiros que viabilizem seus projetos de expansão da cultura da cana-de-açúcar.

O estabelecimento de programas e de instituições voltadas para sua realização se fez acompanhar do aumento do número de técnicos agrícolas (de curso superior e médio) e da criação de associações profissionais que complementam o processo de luta pelo reconhecimento do saber por eles veiculado e do controle de posição nos órgãos prestadores de serviços e nos programas agrícolas.¹³

Dentre as instituições que participaram da atualização do processo de modernização e que enfatizam a produção e difusão de conhecimentos agrícolas ou que agre-

gam os técnicos, têm destaque: o PLANALSUCAR, a COOPERPLAN, a PESAGRO-Rio e a EMATER-RJ.¹⁴

O PLANALSUCAR se volta para a produção e difusão de conhecimentos sobre a cultura da cana. Desenvolve suas ações a partir de uma Superintendência Geral (Piracicaba) e quatro Coordenadorias Regionais, dentre elas a Coordenadoria Regional Leste (COEST), situada em Campos, RJ. Essa Coordenadoria se compõe de seções subdivididas em termos da produção especializada de conhecimentos pelas ciências agrônômicas ou sua difusão: Solos e Adubação, Irrigação e Climatologia, Operações Agrícolas, Melhoramentos, Entomologia, Projetos Integrados, Gerência de Fornecimento de Produtos e Serviços.

A divulgação do saber e dos serviços oferecidos por essa instituição se volta para a oferta de conhecimentos junto aos técnicos filiados aos outros órgãos de produção e difusão de tecnologias e de extensão rural, mediante publicações, cursos, palestras, convênios para distribuição de boletins e, para os produtores, através de folhetos e informes.

Como o PLANALSUCAR não se dedica à extensão, a difusão de conhecimentos tem por fim a constituição de agentes multiplicadores, sejam eles técnicos em extensão rural ou produtores esclarecidos, isto é, mais identificados com a eficácia das tecnologias produzidas ou "criadas com base em conhecimento científico."

Oferece ainda aos produtores agrícolas (fornecedores de cana e usineiros): mudas sadias para constituição de viveiros, análise de solo e inimigos naturais para controle biológico das lagartas da broca-da-cana.

A Cooperativa Mista dos Plantadores de Cana - COOPERPLAN (1976) tem como objetivo prestar apoio à produção e comercialização da cana através da oferta de tecnologia e serviços. Conta com um corpo técnico (agrônomos, economistas e técnicos agrícolas de nível médio) voltado para o planejamento e a elaboração de projetos para obtenção de crédito de investimento e principalmente para introdução do sistema de irrigação.

Não se destina à produção de conhecimentos de modo sistemático ou à extensão rural. Divulga tecnologias através de projetos e experimentos e da distribuição de folhetos e boletins. Presta serviço de máquinas.

A Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro - PESAGRO-Rio tem por objetivo gerar tecnologias que resultem em maior produção e produtividade da agropecuária, da agricultura e da pesca e na melhoria dos rendimentos do produtor e da qualidade do produto.

Além da indicação de novas cultivares (variedades) de elevado potencial produtivo, vem intensificando a produção de sementes de arroz, feijão, milho e hortaliças. Realiza experimentos que permitam a obtenção de duas safras consecutivas de arroz no mesmo ano agrícola. Estuda a engorda de bovinos confinados através do aproveitamento de resíduos agroindustriais. Realiza testes sobre a produção de cana e feijão consorciados. Dedicar-se à elaboração de tecnologias apropriadas ao cultivo de abacaxi nos solos arenosos de restinga.

Define-se por uma atuação que visa diversificar a produção agrícola na região açucareira de Campos e fortalecer o pequeno e médio produtor.

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER-RJ volta-se para a extensão rural, entendida como instrumento de política agrícola destinado à transferência de técnicas agropecuárias e gerenciais ao produtor rural, com o objetivo de elevar a renda via aumento da produção e da produtividade. A assistência social abrange a educação sobre higiene e saúde, capacitação profissional (cursos de corte e costura, artesanato, culinária), visando ao aumento da renda e à fixação do homem no campo.

Atua basicamente sobre alguns produtores selecionados, definidos como líderes (no caso da extensão rural), e agricultores integrados aos programas que executa (geralmente grandes proprietários). Desta posição, são vistos como capazes de influenciar os demais agricultores na aceitação de mudanças técnicas, especialmente a partir da instalação de unidades demonstrativas ou de experimentos em suas propriedades.

A EMATER-RJ define sua atuação preferencial pela atenção ao pequeno e médio produtor, embora na prática tal não ocorra em virtude de seu engajamento em programas criados com base na propriedade que utiliza instrumentos mecanizados ou no uso do crédito agrícola, cuja demanda maior recai sobre médios e grandes produtores. Dos seus programas, apenas aqueles voltados para a assistência social tendem a oferecer recursos para os mini e pequenos produtores.

Essa instituição passou por um processo de expansão ao final da década de 70, em decorrência das condições de operacionalização da política agrícola, da oferta de crédito rural e da criação de uma série de programas de estímulo à expansão agrícola. Com o aumento do preço do combustível, o programa de extensão rural foi-se tornando cada vez mais restrito pelas dificuldades de locomoção dos técnicos.

Durante o período de expansão da EMATER-RJ, os técnicos viram-se absorvidos pela análise e elaboração de projetos para obtenção do crédito agrícola, em detrimento de suas outras atividades. Até 1982, para obtenção do crédito rural, os produtores deviam apresentar um projeto elaborado por um técnico agrícola filiado a instituições credenciadas junto aos agentes financeiros. Além da elaboração do projeto, os

técnicos deveriam acompanhar sua realização até a fase de comercialização, de modo a assegurar o retorno dos empréstimos. Através dessas medidas, pretendia-se impor a adoção de tecnologias, já que esta incorporação era condição para obtenção e renovação de futuros créditos rurais.

Os técnicos, da EMATER principalmente, colocam-se como clientes preferenciais das outras instituições apontadas, na medida em que têm sua função definida como de extensão rural. Devem participar de cursos e eventos organizados pelos colegas, encarregando-se da difusão de conhecimentos. Contudo, como sua atuação se dá através de programas de crédito com fins específicos, as técnicas por eles postas em prática guardam proximidade com os objetivos dos serviços que estão prestando. Outrossim, consideram que os conhecimentos obtidos dessa forma nem sempre podem ser aplicados na extensão porque não são plenamente adequados aos interesses dos agricultores ou as suas condições de produção.

A EMATER, juntamente com o Banco do Brasil enquanto agente financeiro, participa da introdução de projetos ligados aos seguintes programas agrícolas: PROVARZEAS, PROFIR e PROBOR.¹⁵

O PROVARZEAS – Programa Nacional de Aproveitamento de Várzeas – alcançou nível nacional em 1981. Tem por finalidade aumentar a produtividade do aproveitamento de várzeas irrigáveis. Propõe-se estimular a diversificação das culturas e incorporar áreas anteriormente não aproveitáveis. Define-se ainda como programa que pretende fixar o homem no campo e criar maior possibilidade de aumento de utilização da mão-de-obra de modo permanente.

Oferece recursos financeiros a serem transferidos por crédito e assistência técnica durante a realização do projeto. Estimula a produção consorciada de arroz com milho, feijão, legumes, verduras e frutas.

O PROFIR – Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação (1982) – tem por objetivo estimular o desenvolvimento da aplicação de técnicas de irrigação que propiciem aumentos de produtividade agrícola e estabilidade da oferta da produção de alimentos. Financia a compra de equipamentos e a construção de instalações para irrigação.

O PROBOR – Programa de Plantio de Borracha Natural, filiado à SUDHEVEA – Superintendência Nacional da Borracha, visa retornar o Brasil à condição de auto-suficiência na produção de borracha natural e fixar o homem no campo. Propicia a venda de mudas a preço simbólico, visando eliminar as dificuldades colocadas na instalação de canteiros para germinação ou formação de viveiros, transporte para o campo devidamente sistematizado e irrigado, enxertia através de “cavalos”, e se desvencilhar dos riscos calculados presentes nesta fase (probabilidades de perdas de mudas) e da exigência de domínio de técnicas sofisticadas pelo produtor interessado.

Como a proposta de diversificação agrícola vai incidir em região em que as atividades agrícolas e o mercado de trabalho e de serviços já se encontravam estruturados em torno da produção hegemônica da cana-de-açúcar, ela adquire especificidades que limitam a aplicação de muitas das propostas qualificadas como modernizantes. Mas ela se constitui numa das possíveis vias de penetração de outras instituições governamentais (federais ou estaduais) voltadas para essa atividade, uma vez que o controle da produção de cana-de-açúcar se encontra centralizado pelo IAA e Ministério da Indústria e Comércio. Por conseguinte, através da proposta de diversificação agrícola, o Estado passa a ampliar sua presença e sua interferência em outras esferas anteriormente liberadas desse controle, criando novos espaços de poder (Neves 1984b).

Os recursos oferecidos pelos programas voltados para a diversificação agrícola, tendo em vista a especialização da cultura da cana nessa região e pelo fato de terem sido apresentados em contextos em que os juros do crédito agrícola foram ampliados, têm uma oferta mais ampla do que a demanda apresentada pelos produtores interessados.

Os técnicos filiados a essas instituições e programas, coerentemente com os objetivos atribuídos a esses instrumentos de política agrícola, tomam a si a missão de transformar o agricultor num produtor moderno, preocupado com o aumento da produção e da produtividade, através da oferta de um estoque de conhecimentos e da possibilidade de internalização de estruturas de pensamento racional que incorporem a articulação controlada entre meios e fins.

O produtor moderno

Pressupostos políticos e ideológicos

Ainda que o saber adquirido pelos técnicos agrícolas em sua formação profissional se fundamente nos conhecimentos construídos pelas ciências agrônômicas, a aplicação desse saber é mediatizada por pressupostos políticos e ideológicos, veiculados pelas políticas agrícolas, orientadores das relações de poder que os hierarquizam positivamente diante dos produtores e pelo jogo de forças sociais que consubstancia a ação deles e a dos produtores.

O saber dito científico é construído a partir da correlação entre fatores físicos incorporados pela produção agrícola, que redundam numa sistematização definida como tecnologia ou sistema técnico ou sistema de produção. Nessa construção está em jogo a relação entre meios e fins e a busca do aumento da produção e da produtividade. A construção dessa tecnologia está referenciada, por outro lado, ao desenvolvimento de outros setores da economia, que determina a incorporação dos produtos oferecidos pela indústria, principalmente, tais como insumos, instrumentos mecanizados, etc. Esses instrumentos e insumos, por sua vez, tomam como referência, ao serem produzidos, o controle amplo de fatores de produção, a expansão da produtividade e a minimização

dos custos em força de trabalho. Desse modo, estão referenciados a um modelo de produtor que persegue incessantemente a contínua expansão da produção e da produtividade, o crescimento ininterrupto da oferta de mercadorias.

Ora, a produção agrícola, mesmo que atualizada por capitalistas, não ocorre num vazio de relações sociais, condição que impede a realização plena desse empresário modelar. Por esse motivo, as pesquisas levadas a efeito pelos técnicos agrícolas visam a atender determinados objetivos não plenamente realizáveis, e são construídas em abstrato porque reificam um modelo de produtor agrícola. Além disso, são construídas por referência a especificidades derivadas do jogo de relações sociais em que as instituições de pesquisa estão integradas, distanciando-se das práticas dos produtores. Constitui assim, na maior parte dos casos, um saber sobre a agricultura e não sobre os agricultores (Grignon 1975). Muitas das motivações para ampliação do estoque de técnicas estão referidas ainda a concorrências e consagrações, cujas regras e parâmetros são construídos a partir das relações dos pesquisadores entre si ou das instituições destinadas à produção desse conhecimento.

A defasagem antes referida se acentua pela divisão de trabalho imposta através da criação da EMBRAPA e da EMBRATER, já que a primeira instituição se volta para pesquisas e a segunda para difusão e atualização dos resultados desse conhecimento.

Embora haja pontos comuns nas concepções práticas e ideológicas dos técnicos agrícolas engajados nas pesquisas e daqueles dedicados à extensão, elas não são totalmente homólogas, em virtude dessas posições diversas em que eles se situam.

Expropriados da produção de um saber reconhecido, os técnicos agrícolas voltados para a extensão rural denunciam esse conhecimento produzido em abstrato e se consideram trabalhando de "pé no chão" ou tomam essa posição como orientadora de suas ações. No entanto, como sua formação profissional tende a se dar a partir de um suposto vazio de relações sociais ou do privilegiamento de certas relações que qualificam os empresários agrícolas, eles passam a preencher esses claros com visões pré-concebidas a respeito dos produtores reais, e correspondentes aos limites colocados por estes para a plena realização dos objetivos daqueles.

Mas essa visão pré-concebida é mediatizada ainda pela necessidade de legitimação dos técnicos agrícolas, que supõe a desqualificação do saber dos produtores. As questões colocadas para a legitimação do saber dos técnicos agrícolas, por isso mesmo, acentuam-se quando eles devem trabalhar diretamente com os agricultores. Por esse motivo, os técnicos que se voltam para a extensão rural elaboram mais sistematicamente uma "teoria" a partir dessas visões pré-concebidas, que justificam ou explicam para eles os limites colocados ao projeto de dominação e controle dos agricultores. Estão mais preocupados em explicar o comportamento social dos agricultores do que os pesquisadores, que estão referidos ao saber sobre a agricultura propriamente.

De modo geral, o saber de que os técnicos agrícolas são depositários sustenta-se numa visão da prática agrícola como atrasada, porque atualizada segundo princípios de conhecimento arcaicos, primários, retrógrados ou por agricultores que não sabem o que fazem e que são tradicionais porque resistentes às mudanças. Enfim, supõe a expropriação e a ilegitimidade do saber dos agricultores.

A construção desse discurso se exacerba ainda porque, de modo geral, os agricultores reagem a esse projeto de expropriação do seu saber, pela desqualificação do conhecimento dos técnicos agrícolas. Reivindicam para si a experiência, o "pé no chão", e atribuem àqueles certa inocência, um conhecimento de escritório ou o desconhecimento dos problemas reais da agricultura. Essas relações tensas são expressas nas piadas que os agricultores contam dos técnicos agrícolas, ridicularizando-os por confundirem "um pé de alface com uma moita de capim", "um pé de café com uma laranja", etc. Classificam os técnicos como teóricos e reivindicam para si o saber prático.

Entretanto, dessa divisão colocada pelos agricultores, os técnicos agrícolas vão ser legitimados quanto ao saber que os primeiros reconhecem não possuir, porque possuem conhecimentos específicos e instrumentos dos quais não dispõem: identificação de uma nova praga, informação sobre um inseticida mais eficaz, domínio sobre técnicas de sistematização e irrigação do solo.

Como os extensionistas estão expropriados da produção de conhecimentos e da realização de pesquisas, eles nem sempre podem responder de pronto às questões colocadas pelos agricultores. Decorre desse fato a reificação dos preconceitos destes em relação aos técnicos agrícolas: "quando a gente procura, eles nunca sabem de nada".

Outro fator que propicia a manutenção dessas relações de tensão resulta do fato de os técnicos agrícolas terem uma formação profissional superespecializada, que os leva a desconhecer certas áreas de conhecimento, e assim nem sempre terem respostas para os problemas colocados pelos agricultores. Um técnico agrícola especializado em irrigação, por exemplo, depende do trabalho complementar de um colega que conheça os sistemas de produção do arroz e vice-versa.

Essas relações de tensão criadas no processo de produção e difusão de conhecimento consubstanciam ou reafirmam as concepções que os técnicos agrícolas constroem a respeito dos produtores. Estes, por outro lado, passam a internalizar de tal forma a distinção entre os dois saberes que, mesmo não a legitimando plenamente, reconhecem que o saber prático é limitado, ainda que adequado às suas condições financeiras. Por tudo isso, consideram que as novas técnicas são apropriadas ou destinadas aos usineiros ou grandes fornecedores, que podem se arriscar e têm recursos financeiros para sustentar os altos custos.¹⁶ Aos médios e pequenos fornecedores, dessa perspectiva, só restam a segurança da tradição ou a inovação por eles controlada (Neves 1984b, 1986). Dessa forma, os fornecedores que se percebem excluídos do acesso a

determinados recursos técnicos passam a se considerar como fracos e a legitimar a oferta privilegiada de recursos para os grandes produtores. As relações diferenciadas que são estabelecidas com o saber dos técnicos passam assim a qualificar a identidade dos diferentes segmentos de produtores de cana (Bourdieu 1981).¹⁷

A despeito de se verem excluídos ou de se auto-excluírem – por dúvida, cautela ou desqualificação – do acesso aos “novos” recursos, esses produtores não aceitam a classificação de tradicionais, invocando a nomeação ou descrição das mudanças aplicadas às técnicas agrícolas por eles atualizadas – em especial o uso de instrumentos mecanizados – e a acusação de precipitados ou aventureiros aos agricultores que aderem mais rapidamente às mudanças.

Na medida que os técnicos agrícolas encontram a adesão de alguns produtores, eles passam a relativizar a visão generalizada sobre a agricultura e os agricultores e a operar com uma tipologia que divide os produtores em tradicionais e modernos.

Os tradicionais operam suas atividades improvisadamente, sem estabelecerem cálculos que lhes permitam avaliar sua prática errônea. Orientam-se pelo aumento do lucro, a partir da minimização dos custos, redundando em menor produção e baixa produtividade.

O produtor moderno dispõe da capacidade intelectual de compreender os princípios a partir dos quais os técnicos agrícolas operam. Essa capacidade é obtida pela escolarização, especialmente a participação em cursos universitários, ou pela passagem em outras atividades produtivas, principalmente o comércio. Essas experiências dotariam esses produtores da capacidade de se arriscarem em novos investimentos e de compreenderem que o aumento dos custos é compensado pela elevação da produção e da produtividade, mesmo que a médio prazo, possibilitando a elevação da renda e a estabilidade de sua unidade de produção.

Considerando que os técnicos reconhecem que os produtores que estão ligados a outras atividades econômicas são mais receptivos, pode-se concluir que a ação desses se torna mais eficaz junto aos produtores que não dominam totalmente a prática agrícola, porque vinculados a outras atividades ou porque se posicionam como administradores. Nesse sentido, a classificação de moderno poderia apontar para constituição de um segmento de produtores agrícolas que articula e diversifica suas atividades econômicas, não se colocando totalmente dependente da agricultura. Por isso mesmo, os produtores que são beneficiados por essas experiências constituem um número reduzido e comumente são também agrônomos ou médicos, engenheiros, advogados, introduzidos na estrutura lógica e na especificidade do conhecimento qualificado como científico e dedicados ao exercício de outra profissão.

A adesão restrita dos produtores qualificados como modernos é explicada ainda pelo controle do saber sobre a cultura da cana, presente nessa região por séculos, inde-

pendentemente da posição diferenciada que os fornecedores ocupam. Esse desinteresse se fundaria então na cristalização de conhecimentos técnicos, hoje inadequados, mas não questionados. Para comprovar essas observações, os agrônomos do PLANALSUCAR, por exemplo, valem-se duma análise comparativa do comportamento desses produtores com os do Estado do Espírito Santo, aos quais também oferecem assistência técnica, e que são altamente receptivos às sugestões, demandando suas presenças e solicitando orientação. Atribuem tal receptividade ao fato de os produtores deste Estado não disporem de conhecimentos anteriores – por terem sido recentemente incorporados a essa cultura – e de serem deles dependentes.

Nas situações qualificadas pelos técnicos agrícolas como bem sucedidas, eles destacam que a técnica aplicada é a difundida pelo técnico, e que o proprietário aparece como executor e seguidor das orientações oferecidas. Por conseguinte, em princípio, o produtor moderno é aquele que aceita e incorpora essas orientações e que não só se reconhece devedor como propaga a eficácia do saber dos ensinamentos dos técnicos.

Essa visão constituída sobre os produtores justifica ou legitima a postura adotada pelos pesquisadores. Raras vezes a natureza do conhecimento e das tecnologias oferecidas é questionada. Os pesquisadores voltam-se assim para a produção de um conhecimento auto-referido ou tendo por referência os debates e as temáticas perseguidas e valorizadas pelas instituições de pesquisa ou pelo campo intelectual e cultural (Bourdieu 1974) específico às Ciências Agrônômicas. O questionamento recai sobre o agricultor e não sobre a tecnologia, um dado que se impõe e que fascina.

Desta perspectiva pode-se melhor entender a inserção dessas instituições e desses técnicos num sistema de relações e de trocas relativamente circunscrito. Este é o espaço do diálogo, do reconhecimento, embora se consolide a partir e pela reafirmação de posições hierarquizadas entre o pesquisador, os difusores de conhecimento, os extensionistas e os agentes multiplicadores.

Nessa conjuntura de cooptação dos técnicos enquanto mediadores das políticas agrícolas e da construção do produtor moderno, eles contaram com alguns mecanismos que propiciaram a imposição do seu saber e a posição de poder nas instituições. O crédito dirigido e orientado permitia o acesso dos produtores a recursos financeiros, a atualização de uma agricultura especializada, mas também a inserção de novos insumos e técnicas. Tornou-se assim instrumento da extensão rural, diminuindo as supostas resistências dos produtores. Da perspectiva dos técnicos agrícolas, a obrigatoriedade de uso de insumos quando da utilização do crédito permitiu ao produtor comprovar, na prática, a eficácia deste recurso e da dedicação mais sistemática às tarefas agrícolas. Nessa mesma linha de raciocínio, embora os técnicos reconheçam os problemas colocados pelo aumento dos juros para o crédito agrícola, consideram esta medida vantajosa por obrigar o produtor a buscar o aumento da produção e da produtividade para poder levar a bom termo sua dívida bancária.¹⁹

A desqualificação do saber dos produtores, que está implícita na relação destes com os técnicos, é ainda explicitada e mantida nas publicações que visam divulgar o saber científico ou técnico, de modo vulgarizado, descontextualizado, mantendo os princípios da acusação que recaem sobre aqueles.

Ora, se o produtor "faz a atividade agrícola mas não sabe o que está fazendo", se este é o fator que leva à baixa produtividade, a divulgação das técnicas definidas como inovadoras deveria veicular a explicação das causas ou a ação dos fatores considerados básicos à boa realização das tarefas agrícolas. Os boletins que veiculam informações para os produtores apresentam-nas sob forma de receituário, de recomendações, sem explicitar as razões pelas quais assim o é ou deve ser. Orientam o produtor a plantar no mês indicado, a fazer sulcos com determinada profundidade, a usar uma certa quantidade de fertilizantes ou de defensivos, colher numa data prevista etc. Ao seguir tais recomendações, o produtor continua sem saber o porquê, ou deve recontextualizar essas informações por explicações que constrói a partir dessa posição em que é colocado. De qualquer modo, é também dessa forma que os produtores costumam descrever o processo produtivo de uma determinada cultura (Neves 1984b).

Dessa perspectiva, pode-se entender os motivos pelos quais os técnicos acusam os produtores de serem desconfiados, incrédulos em relação aos conhecimentos deles, já que os fundamentos deles não são transferidos. Ou os pressupostos a partir dos quais consideram que para o êxito de sua prática é fundamental conquistar a confiança do produtor, isto é, substituir suas aludidas crenças nos fatores naturais pelo saber do técnico. Sob quaisquer dessas circunstâncias, os produtores estão diante da desinformação ou de informações desarticuladas, que não lhes propiciam segurança nas decisões ou orientação para atitudes que devem assumir. A cautela e a observação sistemática e prolongada passam então a se constituir em princípios que orientam a relação destes com os técnicos.

Os técnicos agrícolas consideram que para conquistar a confiança do produtor é fundamental compreender seu mundo cultural, definido pela sua religiosidade e pelos problemas que enfrenta diariamente. Embora qualifiquem a religiosidade como um fator importante para ser levado em conta na construção da relação com o produtor, os técnicos não conseguem explicar em que ela interfere na produção. Segundo eles, conhecer a crença religiosa do produtor é importante para que saibam como se comportar e angariar a simpatia deste. Por conseguinte, a religiosidade é importante para compreender as formas de relacionamento e as representações dos produtores, as relações de poder em jogo em cada agrupamento populacional que o extensionista deseje se integrar.

Não conseguindo compreender de fato as relações sociais sobre as quais devem atuar, os extensionistas se valem dos produtores que detêm certo controle sobre as relações de poder, por eles definidos como líderes.²⁰ Sua ação se atualiza então a partir da mediação das relações de poder já existentes, fortalecendo-as, legitimando-as, ou pela criação de novos mediadores valorizados pelo saber que passam a deter e pela ex-

perícia social de lidar com o corpo técnico das instituições que controlam a distribuição de recursos.

Malgrado as relações de tensão e as desqualificações que técnicos e produtores atribuem uns aos outros, eles, em certos contextos, reconhecem a especificidade e a eficácia desses saberes. Os técnicos admitem que, embora sejam depositários do conhecimento científico, precisam de informações dos produtores, obtidas a partir do saber prático: variedade de tipos de solo, de condições climáticas, melhor período para plantio e colheita. O produtor, por outro lado, e como já foi visto, valoriza o saber dos técnicos sobre topografia, irrigação, drenagem, insecticidas mais adequados etc.

Esgotadas as explicações sobre a não-realização plena dos objetivos delimitados pelas políticas e programas agrícolas ou das funções dos técnicos a partir do comportamento dos agricultores, interpretações mais amplas são elaboradas, considerando a estrutura fundiária e a inadequação das tecnologias produzidas para pequenas propriedades como causas desses constrangimentos.

As políticas agrícolas e a sustentação de um corpo de técnicos, pelo autocusto que representam, passam a inviabilizar os esforços das instituições em termos de oferta de assistência aos pequenos fornecedores.²¹

Composta por 80% de produtores, com poucos fatores de produção e que participam com um volume reduzido de oferta de cana (20% do total das canas esmagadas), a região açucareira de Campos é questionada como objeto de atenção de políticas governamentais ou de aplicação dessas novas tecnologias.²² Economicamente é vista como infundada a adoção de altos investimentos para a formação de novos conhecimentos adequados a um número enorme de produtores, que só atende a uma desprezível oferta de matéria-prima. Com rendimento insuficiente, esses produtores secundarizam a atividade canavieira em nome de outras, que lhes ofereçam melhor remuneração, e valorizam a racionalidade social atribuída à pequena produção, por lhes assegurar assistência médica, social e previdenciária. Ademais, dispondo de pouca terra, as respostas possíveis de serem oferecidas pelo uso mais intenso dos fatores de produção ou pela aplicação de novas técnicas não geram um volume de mercadorias compatível com os custos que tais adoções acarretam ou com o aumento do rendimento decorrente destas práticas. Por conseguinte, estão excluídos do debate que se funda no aumento da produção e da produtividade. Os pequenos fornecedores são considerados um problema político, pois sua permanência é defendida no sentido de não ampliar os problemas sociais da Região.²³

Os recursos necessários à aplicação das técnicas recomendadas pelo PLANALSUCAR, por exemplo, são vistos como incompatíveis, mesmo nas propriedades dos grandes fornecedores. Alegam os técnicos que eles não dispõem de mão-de-obra efetiva disponível, instrumentos mecanizados e disponibilidade de cessão de uma

área de terra para realização dos experimentos. Na realização deste ensaio, o produtor perde o controle da área de terra cedida, pois deve aguardar a época de corte recomendada pelos técnicos, de modo que estes possam completar a avaliação da experiência. Outrossim, se o ensaio não deu resultado positivo, alegam os técnicos, o produtor generaliza a experiência negativa e predispõe os demais contra a atuação deles.

Por essa razão e visando resguardar o poder e o saber, eles preferem operar em área de terra de usineiro. Nessa situação, além de disporem de espaços mais amplos, passam a lidar com outros técnicos agrícolas vinculados a essas empresas, que têm certa autonomia em função do próprio desempenho e porque o usineiro, dispondo de grandes extensões, não se importa com a parte cedida.

Com os fornecedores preferem realizar experiências comparativas, em que colocam como parâmetros as condições de produção desenvolvidas pelos técnicos (já controlados os resultados positivos) e pelo agricultor. Sob tais circunstâncias, o sucesso da experiência daqueles e a desqualificação do conhecimento deste estão dados a priori.

Mas os limites colocados para a atuação dos técnicos e para atualização dos objetivos das políticas agrícolas encontram ainda outras explicações, que apontam para a relativização desses objetivos e propostas. Essas interpretações estão mais presentes ou melhor formuladas entre os técnicos agrícolas que são também fornecedores de cana. Elas também fazem parte das explicações que os fornecedores (não-técnicos) apresentam para a não-utilização ou o uso pleno das novas tecnologias e dos insumos.

O desprezo pelos novos conhecimentos nesse contexto é atribuído a todo e qualquer produtor-fornecedor ou usineiro. A cana é uma cultura muito resistente às oscilações climáticas e às pragas. Embora a ação de tais fatores leve a baixar a produção e a produtividade, dificilmente ou em situações limites o produtor perde o plantio que realizou. Os produtores têm preços garantidos e não precisam enfrentar a competitividade no mercado, que os leve a buscar melhoria de qualidade do produto a ser comercializado. O preço da cana é tabelado pelo governo e em níveis muito próximos aos custos de produção, limitando a opção do produtor por investimentos que impliquem mais gastos financeiros.

Assim situados, e segundo os técnicos agrícolas, os fornecedores orientam as suas ações pela relação tonelada/hectare e pelo lucro, obtido com a minimização dos investimentos e do custo de produção. A perseguição a esse lucro imediato impede então os fornecedores de operarem com cálculos ou avaliações que incorporem retornos a longo prazo, ainda que maiores que os atuais.

As análises precedentes revelam que os beneficiários imediatos dos programas agrícolas e das instituições de prestação de serviços são os usineiros e parte dos grandes e médios fornecedores de cana.²⁴

A despeito de os técnicos agrícolas reconhecerem que suas ações incidem e encontram guarida entre alguns dos médios e grandes produtores e explicarem a exclusão dos pequenos pela inviabilidade ou irracionalidade econômica, ao nível do discurso político, que define os objetivos dos programas (e os objetivos desses próprios programas), a clientela preferencial é qualificada como pequeno e médio produtores.²⁵

O saber veiculado pelos técnicos, as condições através das quais ele é socializado e os critérios definidos para distribuição dos recursos (dos quais eles são mediadores) constituem um dos fatores de diferenciação ou de acentuação da constituição de posições sociais diversas e hierarquizadas entre agricultores.

Transferindo técnicas para os grandes produtores, inculcando entre alguns deles a identidade de produtor moderno e propiciando aos pequenos e médios a internalização da idéia de fracasso ou estagnação (por força de sua própria posição), os técnicos legitimam os objetivos dos programas agrícolas e as propostas de construção de uma nova ordem social, em que o empresário agrícola passa a ser o protótipo do agricultor no futuro. Além disso, propiciam a alguns dos grandes produtores mais conhecimento técnico, saber sobre as práticas institucionais e os pressupostos dos programas e políticas agrícolas. O controle desses saberes é fundamental para obtenção de posições mais favoráveis no campo de forças políticas em que estão inseridos. Permite a constituição social dos porta-vozes (ou líderes políticos) e da identidade dos produtores agrícolas que constituem suas bases de apoio (Bourdieu 1984), especialmente nos contextos em que tem vigência uma forma de dominação racional por parte do Estado (Weber 1977) e em que o saber técnico legitima a cooptação de segmentos sociais de agricultores e de outros setores sociais para o processo de controle sobre a agricultura. Justifica a redistribuição e apropriação de recursos escassos advindos das instituições estatais para um número reduzido de produtores, que controlam os mais amplos fatores de produção.

O controle desse saber passa ainda a ser fundamental nas discussões dos produtores agrícolas em torno da taxa de juros, do volume do crédito agrícola, dos subsídios a serem oferecidos, dos preços, do controle da renda etc. Por isso mesmo, os técnicos agrícolas vêm sendo incorporados pelas instituições de representação política ou de produção e controle de tecnologias que propiciem a capitalização, a expansão dos investimentos e o aumento da produção e produtividade em níveis definidos como mais adequados aos interesses dos grandes fornecedores de cana (cf. Neves 1984b, 1986). São os técnicos que instrumentalizam os porta-vozes, sistematizando discursos políticos e oferecendo "bases científicas" ou supostas neutralizações para as reivindicações encaminhadas em relatórios, memoriais e projetos.

Mas a difusão de tecnologias e a atuação dos técnicos agrícolas provocam deslocamentos e mudanças sociais entre segmentos de produtores vistos como resistentes, ainda que não reconhecidas ou valorizadas por esses mediadores. Permitem a melhor qualificação ou especialização de alguns trabalhadores (tratoristas, irrigantes etc); pro-

piciam renovações controladas pelos agricultores nas técnicas agrícolas por estes dominadas; criam novas necessidades entre os produtores e, desta forma, dependências; minam as relações de poder internas às unidades de produção, especialmente as familiares. Os filhos, geralmente mais identificados com as inovações ou apresentando projetos de expansão não absorvidos pelos pais, passam, em certos casos, a questionar a autoridade destes, incorporando a qualificação negativa ou a acusação de arcaico e tradicional (Neves 1986).

A análise dos parâmetros que orientam as relações entre os técnicos e os agricultores, as políticas, os programas e as instituições agrícolas demonstra que estes recursos, longe de atuarem na eliminação do produtor tradicional, o constroem; longe de removerem entraves à modernização, os criam. Também revela que essas ações têm eficácia limitada pela própria relação que se estabelece entre os agentes. Criando novos espaços sociais de saber e poder, propiciam a constituição de expectativas diversas para um número mais amplo de produtores do que os previstos e intencionados (Neves 1981, 1984, 1986). Nestes termos, criam, impõem e relativizam o saber-poder dos técnicos agrícolas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, E.R. de A. *O processo de geração de conhecimentos*. Brasília, EMBRAPA, 1980.
- ALVES, E. & PASTORE, C. *Coletânea de trabalhos sobre a EMBRAPA*. Brasília, EMBRAPA, 1980.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 1974.
- BOURDIEU, P. *Describe et prescrire; note sur les conditions de possibilité et les limites de l'efficacite politique*. *Actes Rech. Sci. Soci.*, (38), Maio, 1981.
- BOURDIEU, P. *La délégation et le fétichisme politique*. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, (52/53), 1984.
- BUENO, R. *PROÁLCOOL; rumo ao desastre*. Petrópolis, Vozes, 3ª ed., 1981.
- CORADINI, L. *Agricultura tradicional para os órgãos oficiais de pesquisa e assistência técnica; o caso EMBRAPA*, 1982.
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, Rio de Janeiro, RJ. *Sistema de produção para tomate; relatório de atividades 1980*. Rio de Janeiro (Boletim, 83).
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, Rio de Janeiro, RJ. *Sistema de produção para tomate; relatório de atividades, 1981*. Rio de Janeiro (Boletim, 143).
- FOLHA RURAL - encarte da Folha da Manhã nºs 2, 5 e 6, Campos, 1982.

- GRIGNON, C. L'enseignement agricole et la domination symbolique de la paysannerie. *Actes Rech. Sci. Soci.*, (1), janvier, 1975.
- LOPES, J.S.L. **O tradicionalismo camponês**. Rio de Janeiro, Museu Nacional UFRJ, 1981. (Comunicação, 6)
- MOREIRA, R. **A agricultura brasileira; os interesses em jogo no início dos anos 80**. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PESQUISA E CIÊNCIAS SOCIAIS, 6, Nova Friburgo, outubro de 1982.
- MOURA, G. & MOURA M. M. **A modernização dos anos 40; a agricultura brasileira pensada à americana**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PESQUISA E CIÊNCIAS SOCIAIS, Águas de São Pedro, outubro de 1983.
- MUEL, F. Les instituteurs, les paysans et l'Ordre Républicain. *Actes Rech. Sci. Soc.*, (17/18):1977.
- NEVES, D.P. **Crescentes e minguantes; estudo das formas de subordinação dos lavradores de cana no capital**. Rio de Janeiro, UFRJ, 1979.
- NEVES, D.P. **Lavradores e pequenos produtores de cana; estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.
- NEVES, D.P. **Os pequenos produtores de cana e a diversificação da produção agrícola; relatório preliminar de pesquisa**. 1982a.
- NEVES, D.P. **A modernização das unidades de produção agrícola e as relações de trabalho; relatório de pesquisa**. 1982b.
- NEVES, D.P. **Condições sociais de produção agrícola no distrito de Lumiar (Nova Friburgo); relatório de pesquisa**. Rio de Janeiro, Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Governo do Estado do Rio de Janeiro, 1983. Apresentado ao Programa Especial PRODASEC/PRONASEC.
- NEVES, D.P. **O jogo de forças sociais como proposta metodológica; Nietzsche e Foucault**, 1984a.
- NEVES, D.P. **A modernização da agricultura; especialização x diversificação. Relatório de pesquisa apresentado ao CNPq**, 1984b.
- NEVES, D.P. **A diferenciação sócio-econômica do campesinato**. ANPOCS, Cortez Editora, 1985. (Ciências Sociais Hoje).
- NEVES, D.P. **Os fornecedores de cana e o processo de diferenciação social. Relatório de pesquisa apresentado ao CNPq, e à ANPOCS**, 1986.
- PESAGRO-RIO - **Relatório de Atividades 1978**, Pesagro, 1979, Niterói; **Relatório de Atividades 1979**, Pesagro, 1980, Niterói; **Relatório de Atividades 1981**, Pesagro, 1982, Niterói.
- PLANALSUCAR-IAA - **Relatório Anual 1980**. Instituto do Açúcar e do Alcool, Ministério da Indústria e do Comércio, 1981.
- RATIER, H.E. **De campesinos a técnicos agrícolas; Conformacion de una categoria profesional en el Nordeste de Brasil**. Buenos Aires, s.ed. 1985.

- SORJ, B. *Estado e classes sociais na Agricultura Brasileira*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1980.
- SZMERECSÁNYI, T. *O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975)*, São Paulo, HUCITEC/UNICAMP, 1979.
- WEBER, M. *Economía y Sociedad; esbozo de sociología comprensiva*. México, Fondo de Cultura Económica, 1977.

NOTAS

- ³ Dentre as motivações externas que orientam as políticas modernizadoras da agricultura podem ser destacadas: subordinação à indústria produtora de insumos agrícolas, colocação de produtos no mercado externo, extensão da presença e legitimidade do Estado, cooptação dos agricultores a determinadas políticas públicas, pressuposição de soluções para problemas sociais urbanos, diminuição dos custos da força de trabalho industrial etc.
- ⁴ Ver também Leite Lopes, 1981.
- ⁵ Quando da fundação do Sindicato Agrícola de Campos (1922), os seus dirigentes, apoiados por agrônomos da Estação Experimental de Cana-de-Açúcar de Campos, justificavam a existência dessa instituição inclusive pelas propostas de desenvolvimento de programas de melhoria da produtividade agrícola e de educação dos agricultores, de modo a que eles superassem a ignorância e entendessem a necessidade de adotar métodos científicos.
- Alegavam eles que a Estação Experimental era inoperante porque o lavrador era desinteressado na melhoria da qualidade da cana, continuando a plantar a variedade *Bois rouge*, proibida em Cuba desde 1872. "O lavrador só está interessado em obter o maior peso com o menor dispêndio possível. Planta *Bois rouge* por ser lenhosa, dar mais peso e, por ser selvagem, dar menos trabalho para limpar. Daí um lucro ilusório e criminoso" (cf. Monitor Campista, 8 de julho de 1922, pág. 1).
- ⁶ A categoria técnico agrícola, para efeitos desse trabalho, abrange principalmente os agrônomos filiados às instituições voltadas para produção e difusão de tecnologias e extensão rural. A despeito de serem profissionais de nível superior, essa classificação foi mantida por ser a adotada pelos agricultores da região açucareira de Campos, a partir dos quais a pesquisa foi realizada.

⁷ Esse artigo é parte de um trabalho de pesquisa mais amplo que aborda as relações entre fornecedores de cana e as instituições sociais encarregadas de atualizar as políticas públicas (agrícolas e assistenciais): entre esses agricultores e o sistema de poder no qual estão inseridos como atores sociais.

Em relação à difusão de tecnologia, estuda as práticas das instituições, as condições em que os serviços e recursos são oferecidos e apropriados pela clientela preferencial e reapropriada pelos agricultores supostamente excluídos.

Dessa perspectiva, absorve a constituição de outros mediadores da produção e difusão de tecnologias reapropriadas, pondo em destaque os múltiplos papéis exercidos por alguns tratoristas e fornecedores responsáveis por esta "recriação inovadora". (Ver Neves, 1982a, 1984b, 1986). Essa pesquisa vem sendo realizada graças aos recursos financeiros oferecidos pelo CNPq.

⁸ No início dos anos 60, existia no Brasil uma extensa rede de instituições de pesquisa referentes à agropecuária, vinculadas principalmente ao Ministério da Agricultura e às Secretarias de Agricultura de alguns Estados. O Ministério da Agricultura mantinha nove institutos regionais de experimentação e pesquisa, cada um com uma rede de estações experimentais, cobrindo praticamente todas as regiões brasileiras, e centros e institutos de pesquisas especiais de engenharia rural, fitotecnia etc. (cf. Coradini, 1983).

Segundo este mesmo autor, tanto a pesquisa como a extensão rural, nesse contexto, tinham duas características básicas:

- a) pesquisa centrada em órgãos e produtos específicos, extremamente diferenciados em sua inserção nas estratégias de modernização;
- b) ênfase na extensão rural ou na assistência técnica.

Enquanto a pesquisa agrícola estava centrada em determinados produtos específicos, sem uma estratégia orgânica e sistemática sobre o conjunto da produção agropecuária e suas condições sociais, a extensão rural se preocupava em superar a chamada agricultura tradicional, um tanto divorciada dos resultados das pesquisas em curso. Essa tendência à segmentação dessas perspectivas vai se modificar a partir de 1970 pela criação da EMBRAPA e da EMBRATER, pelo menos a nível de proposta de organização institucional.

A partir de 1974 o sistema ABCAR foi diretamente atingido pelo processo de reorganização do Ministério da Agricultura, especialmente dos órgãos mais diretamente vinculados à "modernização" da agricultura. Passou a haver uma articulação maior entre os diversos organismos, através de uma maior centralização das decisões, uma maior descentralização operacional e uma maior diversificação – paralelamente à sua intensificação – das atividades de extensão rural e de pesquisa. Sem abandonar totalmente o antigo caráter extensionista e "assistencialista", a política de extensão rural passou a se pautar na difusão das pesquisas de-

envolvidas pelos órgãos da EMBRAPA. Para tanto, foram criadas em 1974 a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMBRATER –, a Comissão Nacional de Pesquisa Agropecuária e de Assistência Técnica e Extensão Rural – COMPATER – a Comissão Coordenadora de Política Nacional de Crédito Rural – CONCRED. A EMBRATER foi então vinculada à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, criada em 1972. Ambas têm um caráter executivo, enquanto a COMPATER e a CONCRED têm funções normativas e de articulação. A ABCAR foi absorvida por essas empresas públicas (cf. Coradini, 1983).

- ⁹ Sobre a importância da atuação dos agrônomos nas lutas políticas que propiciaram a criação do PLANALSUCAR, ver Szmercsány, 1979: 290-292.
- ¹⁰ Segundo relatório da EMBRAPA, essa instituição, de 1974 a 1982, passou de 133 mestres para 958 e de 15 doutores para 266.
- ¹¹ Ver relatório de Atividades do Planalsucar, 1981:9.
- ¹² A região açucareira de Campos corresponde à área de plantio de cana nos municípios do Norte do Estado do Rio de Janeiro, calculada em torno de 200.000 ha. Nela estão situadas 16 usinas e duas destilarias autônomas.
Participam da produção de 60% das canas moídas 14.753 fornecedores assim distribuídos: grandes fornecedores (acima de 3000 toneladas) – 286 ou 1,9%; médios fornecedores (entre 501 a 3000 toneladas) – 1.573 ou 10,8%; pequenos fornecedores (abaixo de 500 toneladas) – 12.894 ou 87,3%.
Na safra 1985/86 essa região apresentou os seguintes volumes de produção: cana de fornecedores, 5.363.789 toneladas; cana de usinas, 3.144.341 toneladas; açúcar, 8.675.738 sacos de 50 kg; álcool, 280.637.000 litros.
- ¹³ Dentre as entidades representativas dos técnicos têm destaque: STAB – Sociedade dos Técnicos Açucareiros do Brasil, ANFEA – Associação Norte-Fluminense de Engenheiros e Arquitetos e ABID – Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem (núcleo municipal).
- ¹⁴ Para uma análise mais ampla das relações e condições de prestação de serviços por estas instituições, ver Neves, 1984b.
- ¹⁵ Análise mais detalhada desses programas pode ser obtida em Neves, 1984b.
- ¹⁶ Como confirma Bourdieu (1981), quem produz e impõe representações do mundo

social que sejam capazes de sobre ele agir, detêm poder ou produz formas de reconhecimento dessa ordem e o irreconhecimento da arbitrariedade das classificações. As categorias segundo as quais um grupo se pensa e representa sua própria realidade contribuem para a realidade desse grupo.

- 17 Para análise das formas de apropriação readaptadas das inovações tecnológicas apresentadas pelos técnicos por parte dos médios e pequenos fornecedores, ver Neves, 1986.
- 18 "Com uma pequena propriedade em M., explorada racionalmente e dentro das recomendações técnicas do extensionismo rural, AFS, reconhecido como L, transformou sua atividade num excelente emprego, que dá para viver muito bem e sem inveja de quem vive na cidade.
L. é um dos quatro produtores modelo/80, que este ano recebeu prêmio a nível municipal.

.....

Ele resolveu o problema de pouco espaço destinado a pasto com a implantação de uma capineira, que lhe garante alimentação para o gado em regime de semi-confinamento. Nessa capineira, formada com a orientação técnica da EMATER em forma de experimento, ele obteve excelentes resultados na consorciação de capim com leguminosas" (Folha Rural nº 6, julho de 1982).

- 19 "A vantagem do crédito rural é que com essa imposição de medidas o produtor é levado a romper com o tradicionalismo reinante, que custa a entender que melhores técnicas significam melhores lucros. Todos terão que deixar o boulevard e ir para suas roças, porque quem não tratar convenientemente da lavoura terá prejuízos certos. Com o crédito dirigido, sabendo que o dinheiro está ardendo nos investimentos da lavoura, o pessoal vai ser obrigado a trabalhar duro, deixando a cana de ser um produto para preguiçosos, esses que plantam e só aparecem para colher, transportar e receber pelo peso" (técnico agrícola).
- 20 Segundo os técnicos agrícolas são líderes os produtores que demonstram interesse pela comunidade, apresentam certa superioridade moral ou têm seu comportamento social reconhecido e sancionado pelos demais moradores de um determinado agrupamento habitacional. São líderes os produtores que têm acesso a todas as pessoas que são seus vizinhos e que, por terem se dedicado ao papel de mediador, são capazes de se abrirem às influências externas. Assim, o líder é ainda aquele produtor que se coloca aberto às novidades, que tem disponibilidade cultural para mudanças sociais.

21 "Nordeste Fluminense, a escravidão consentida.

Em todo o país a cana é uma cultura fora da área de ação das Secretarias de Agricultura pois o governo federal, através do IAA, tem um excelente programa de pesquisa, melhoramento e extensão através do PLANALSUCAR, que possui um escritório em Campos. . . Assim, quando secretário, o que pude fazer pela cana foi recomendar à EMATER-Rio, na época com excelente diretoria técnica, aos pequenos produtores, embora soubesse que pouco adiantaria, pois a lavoura de cana não é economicamente viável em minifúndios. Realmente a COOPERCREDI, a Cooperativa de Crédito dos Plantadores de Cana, possui 10.500 associados, dos quais 9.000 possuem área de 1 a 5 ha, área que significa miséria se a atividade for cana ou criação extensiva de bovinos. Nunca fui a favor de irrigação dos pequenos canaviais porque seria um investimento muito alto para perpetuar a baixa renda. Eles colhem cerca de 40 toneladas por ha. Se a irrigação dobrasse a produtividade, eles passariam a produzir 80 toneladas que, deixando um lucro líquido de Cz\$ 1.000,00/ano, redundaria num "salário" anual de Cz\$ 80.000,00 para a família. . . portanto muito inferior ao atual salário mínimo, que já é um salário de fome. Daí a decantada "baixa renda" do Nordeste Fluminense, "a mais baixa do Brasil".

Portanto nada adiantará gastar milhões com irrigação se os pequenos produtores não diversificam para lavouras que podem aumentar a renda por área, inclusive com dois ou três plantios por ano, com hortaliças de ciclo curto. Conseguiriam um bom padrão de vida plantando tomate no inverno, agrião, quiabo, batata-doce como vêm fazendo os japoneses de Santa Cruz, tudo mecanizado com microtratores financiados pelo BANERJ sob o regime de Reserva de Domínio, para evitar uma dezena de papéis que os pequenos produtores não têm. Irrigação sim, mas cultura de frutas como laranja, manga, goiaba, abacaxi, caju ou mesmo feijão e arroz, ou ainda "Feijão Trepador" que vem produzindo tanto em São José de Ubá. . . sabendo-se que um hectare em batata-doce, por exemplo, pode produzir 20.000 kg que, a Cz\$ 15,00, significam Cz\$ 140.000,00 por ha e não os miseráveis Cz\$ 80.000,00. Só que 120 dias depois, cedendo a terra para outra cultura quando a cana precisa de 18 meses para receber o primeiro corte.

. . . A grande meta do programa (de irrigação do IAA que liberou 900 milhões de cruzeiros) será dobrar a produção de cana via irrigação. Ora eles produzem apenas 40 t/ha muito mais por falta de tecnologia: fertilizantes, variedades mais produtivas do que falta de água. Assim a "renda mais baixa do Brasil" vai continuar, embora na realidade não seja assim. Cerca de 2/3 do arroz produzido na área saem para Minas e Bahia "escondidos", para livrar-se dos 16% de ICM. Milhares de reses são abatidas clandestinamente. . . Pode até ser do interesse dos usineiros a escravidão de tantos, para benefício de poucos. Mas as usinas que refor-

mem seus canaviais ou mudem para áreas mais adequadas para a cana, porque também os 80 t/ano, sob altos custos da irrigação, não vão resolver o problema da atual baixa produtividade. Os 9.000 pequenos é que não podem ser sacrificados, suando tanto, por tão pouco" (O Canavieiro nº 70, de julho de 1982 p.8).

- ²² "O problema de Campos é a estrutura fundiária. São 12.000 propriedades agrícolas pequenas praticamente. A estrutura fundiária na região é pouco apropriada para a cana devido ao elevado número de pequenas propriedades, que é bom para outra cultura menos para a cana. 295 proprietários têm uma produção de 5 toneladas ou meio caminhão mal arrumado. Essas pequenas propriedades são incompatíveis com a absorção de mudanças tecnológicas. A estrutura fundiária é o problema mais grave, capaz até de impedir o desenvolvimento da região porque o produtor pode até pensar em melhorias, mas não tem condições de investir.

Há um grande número de proprietários mas para muito deles a cana não é a sua principal fonte de renda, ou seja, não há interesses maior em se desdobrar em investimentos para aumento da produtividade. Tentar romper essa barreira para que as pesquisas sejam aplicadas conscientemente, pelos produtores, talvez seja um dos grandes desafios do órgão" (agrônomo do PLANALSUCAR).

- ²³ Ver Neves (1979, 1981, 1986).

- ²⁴ Para uma análise quantitativa, ver Neves, 1984b, 1986.

- ²⁵ - "Dedicação permanente à terra, manejo correto dos bezerros. Com estas duas preocupações, o produtor rural J.C.S., que também recebeu o prêmio "Produtor Modelo 82", explica sua produtividade média de 8,9 litros de leite por cada vaca, em apenas uma ordenha diária.

Na sua propriedade localizada no distrito de M., Z., como é mais conhecido na região, possui apenas 10 alqueires de terra (48 ha), mas consegue produzir 500 a 600 litros de leite por dia com suas 70 vacas. Tudo é pasto, com exceção de 7,2 ha plantados com cana e capim-napiê, com os quais alimenta o gado nos períodos de entressafra.

Z. não dispõe de um bezerreiro, mas isso não quer dizer que o trato dos bezerros seja relegado a um segundo plano. Pelo contrário, a preocupação com a obtenção de um bom plantel a partir da qualidade das crias é a atividade a qual dedica a maior parte do seu tempo. Mantém um rígido controle sobre o calendário da vacinação contra a brucelose e demais doenças infecto-contagiosas na região.

A ordenha começa às 4 horas e vai até às 6 horas com a separação de todos os bezerros. Às 10 horas começa a amamentação das crias novas, de quatro

meses para baixo. De julho a setembro, quando efetua duas ordenhas diárias, a amamentação dos bezerros é complementada com um concentrado de farelo. Fora do período da cota, eles recebem rações diárias de farelinho de trigo com torta de algodão.

Outro tipo de manejo utilizado por Z. é colocar os de 5 meses para baixo juntos, no mesmo cocho, com os de maior idade. Dessa maneira ele propicia o melhor desenvolvimento do rúmen dos animais, uma espécie de contaminação benéfica através do lactobacilo. À noite, os bezerros dormem no estábulo com piso de pedras e isso impede o surgimento de doenças respiratórias, principalmente durante o inverno.

Z. também utiliza corretamente o controle de cobertura e programa a parição das vacas para os períodos de cotas. No pasto, são 5 as divisões e a rotatividade do pastejo é planejada de forma que o gado utilize racionalmente as pastagens.

– Dá muito trabalho. Cuidar de bezerro é igual a cuidar de criança. Mas no final a gente vê que o resultado compensa. Com isto aqui eu sustento uma família de 9 pessoas, sendo que 5 filhos já estão estudando. A terra dá, mas é preciso ter muita dedicação – garante Z". (Folha Rural, nº 5, julho, 1982, p.8).